



Revista Psicologia e Saúde

E-ISSN: 2177-093X

-

Universidade Católica Dom Bosco
Brasil

Gonçalves Neto, José Umbelino; Ferreira de Lima, Aluísio
Reconhecimento Social, Identidade e Linguagem: Primeiros Fragmentos de uma
Pesquisa Sobre Perspectivas Teóricas Atuais no Contexto da Psicologia Social
Revista Psicologia e Saúde, vol. 2, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 90-97
Universidade Católica Dom Bosco

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=609866388012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Reconhecimento Social, Identidade e Linguagem: Primeiros Fragmentos de uma Pesquisa Sobre Perspectivas Teóricas Atuais no Contexto da Psicologia Social

Social Recognition, Identity and Language: First Fragments of a Research About the Current Theoretical Perspectives in the Context of Social Psychology

Reconocimiento Social, Identidad y Lenguaje: Primeros Fragmentos de una Investigación Sobre las Perspectivas Teóricas Actuales en el Contexto de la Psicología Social

José Umbelino Gonçalves Neto

Aluísio Ferreira de Lima

Universidade Federal do Ceará

Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (Boaventura de Souza Santos, 2003b, p. 458).

Os limites da minha linguagem significam os limites de meu mundo. (Wittgenstein, 2005, p. 111).

Resumo

Este trabalho se propõe apresentar as reflexões que levaram à formulação do projeto de Iniciação Científica que dá título ao presente texto. Este projeto de Iniciação Científica é vinculado ao projeto “Identidade e Reconhecimento: uma análise das principais teorias da atualidade e suas apropriações pela Psicologia Social Crítica para pensar a incorporação do Outro na esfera pública”, financiado pela FUNCAP e coordenado pelo Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima, da UFC. Apresentar-se-á uma problematização do ideal de ciência proposto na modernidade – por filósofos como Galileu, Descartes, Bacon e Comte – e serão levantadas questões sobre as implicações ético-políticas de tal ideal, considerando a produção de conhecimentos como algo que pode servir à regulação de possibilidades humanas ou à emancipação humana. Serão trazidas considerações teóricas sobre a dinâmica entre o reconhecimento social e a constituição da identidade e em seguida será abordado o problema das classificações nosológico-psiquiátricas para a identidade dos sujeitos. Com essa pesquisa, portanto, busca-se trazer mais subsídios para a discussão sobre a Identidade e o Reconhecimento que já vem sendo realizada pela Psicologia Social Crítica brasileira por pesquisadores tais como Antonio Ciampa (1987), Juracy Almeida (2005) e Aluísio Lima (2010).

Palavras-chave: Identidade, Reconhecimento, Psicologia Social Crítica

Abstract

This paper presents the reflections that have led to the scientific initiation research project whose title is the one that names this text. This scientific initiation research project is linked to the project “Identity and Recognition: an analysis of the theories of today and its appropriations by Critical Social Psychology to think Another embodiment of the public sphere”, supported by FUNCAP and coordinated by Prof. PhD. Aluísio Ferreira de Lima of the UFC/Brazil. It will present a questioning of the ideal of science proposed in the modernity – by philosophers like Galilei, Descartes, Bacon and Comte – and questions will be raised about the ethical and political implications of such ideal, considering the production of knowledge as something that can serve to the regulation of human possibilities or serve to the human emancipation. It will bring out theoretical considerations about the dynamics between the social recognition and the constitution of identity. Then it will deal with the problem raised by the nosological-psychiatric categorizations to the individuals’ identities. This research, therefore, intends to bring more support for the discussion of identity and recognition that is already being made by Critical Social Psychology by Brazilian researchers such as Antonio Ciampa (1987), Juracy Almeida (2005) and Aluísio Lima (2010).

Keywords: Identity, Recognition, Critical Social Psychology

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar las consideraciones que llevaron a la formulación del proyecto de iniciación científica que da título a este texto, relacionados directamente con el proyecto “Identidad y reconocimiento: una análisis de las principales teorías de la actualidad y sus relaciones con la Psicología Social Crítica para examinar la incorporación del Otro en la esfera pública”, financiado por FUNCAP y coordinado por el profesor Dr. Aluísio Ferreira de Lima, de la UFC/Brazil. Presentaremos un cuestionamiento acerca de las propuestas de la ciencia en la modernidad - por filósofos como Galileo, Descartes, Bacon y Comte - y se planteará cuestiones sobre las implicaciones éticas y políticas de ese ideal, teniendo en cuenta la producción de conocimiento como algo que puede servir a la regulación de las posibilidades humanas o la emancipación humana. Entonces, proponemos consideraciones teóricas acerca de la dinámica entre el reconocimiento social y la constitución de la identidad, y el problema de las clasificaciones nosológico-psiquiátricas de la identidad. Con esta investigación, por lo tanto, buscamos llevar más elementos para la discusión acerca de la identidad y el reconocimiento que ya se está haciendo

por investigadores de la Psicología Social Crítica brasileña como Antonio Ciampa (1987), Juracy Almeida (2005) y Aluísio Lima (2010).

Palabras clave: identidad, reconocimiento, Psicología Social Crítica.

Introdução

O ideal de ciência na modernidade e seu problema para as identidades

De acordo com Ferreira et al. (2002), corroborados por Bauman (1999), a ciência moderna apoiou-se na ideia de uma realidade externa constituída fundamentalmente de regularidades, regidas por leis matemáticas independentes do sujeito do conhecimento. Podemos observar em Galileu Galilei, no final do século XVI, uma das origens de tal concepção sobre a ciência, ao estabelecer que a natureza há de ser conhecida por meio de três princípios metodológicos: deve-se observar os fenômenos tal como eles ocorrem, abandonando preconceitos religiosos e filosóficos — isto é, as escrituras sagradas e a filosofia aristotélica e tomista —, e valer-se de modos de observação mais eficazes — no seu caso, o telescópio —; deve-se verificar a legitimidade de uma proposição através de experimentos e testes passíveis de reprodução; deve-se estabelecer a regularidade matemática do fenômeno investigado para se afirmar o seu conhecimento (Rovighi, 1999).

Após a dessacralização da natureza e início de uma visão de mundo mecanicista a partir de Galileu, Descartes irá separar — na primeira metade do século XVII — o espírito como *res cogitans* do corpo como *res extensa*, “não para elevar-se à contemplação do mundo das Idéias (como no *Fédon* platônico), mas para melhor conhecer e dominar o mundo conforme o programa da Vª e VIª partes do *Discours de la Méthode*” (Vaz, 2006, p. 73). Com Descartes, como diz Lima Vaz (2006, p. 74), “O mundo não é mais a *physis* antiga dotada de um princípio imanente de movimento (*arquê kinêseôs*, na definição de Aristóteles), mas a grande máquina capaz de ser analisada pela razão e por ela reproduzida na forma de um modelo matemático.”. Com tais concepções, procurou-se conceber um mundo de certezas e ordenado, no qual bastaria descobrir a verdade contida nos fatos e as leis que os regeriam. Em relação a isso, nesse mesmo contexto histórico, Francis Bacon irá afirmar que “o bem-estar do homem dependia do controle científico obtido por ele sobre a natureza, o que levaria à facilitação da sua vida. Assim, julgava imprescindível o domínio do homem sobre a natureza, a partir do conhecimento de suas leis.” (Andery et al., 2001, p. 194). Fundamentado nestas premissas, o projeto da ciência moderna pretendia criar, por assim dizer, um ambiente seguro para o homem, ordenando as coisas e suprimindo o acaso e a contingência.

Auguste Comte também irá contribuir para o ideal de ciência moderna, estabelecendo, inclusive, o que se entendia até pouco tempo sobre o que é ser científico.

Comte assume que o conhecimento adquirido pela observação e experimentação dos fenômenos é plenamente confiável, pois os fenômenos são captados pelos sentidos e passam para a mente a fim de serem raciocinados — no processo de formulação matemática ou então lógica das leis naturais —, admitindo que a mente é uma espécie de espelho da natureza, representando fielmente a realidade (Andery et al., 2001). Assim, o Positivismo acaba por cair no que se chama de “realismo” sobre o conhecimento e sobre a verdade (acerca do “Realismo” na filosofia, cf. Japiassú & Marcondes, 1996, p. 231).

Comte afirma que “[...] o conhecimento científico é real porque o conhecimento científico parte do real, parte dos fatos tal como se apresentam e que, de resto, apresentam-se ao homem tal como são” (Andery et al., 2001, p. 380). Desse modo, concebe-se que o conhecimento produzido pela ciência é a descrição fidedigna de como as coisas se organizam na realidade, sendo portanto entendido como o único verdadeiro. Por conseguinte, a linguagem utilizada na comunicação das descrições e explicações é encarada como uma representação direta do mundo objetivo. Entretanto, como as observações e experimentações dos cientistas ainda assim variavam acerca dos mesmos fenômenos, assumiu-se como critério de verdade a observação pública consensual, eliminando como objeto científico aquilo que não poderia ser observado por mais de um observador (Andery et al., 2001).

Com isso, vale citar as palavras do próprio Comte: “Assim, o verdadeiro espírito positivo consiste, sobretudo, em ver para crer, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais. (Discurso sobre o espírito positivo, 1ª parte, III)” (apud Andery et al., 2001, p. 382).

Com essa breve exposição, observamos que com esses pensadores o projeto para a ciência desenvolvido na modernidade era de que ela deveria oferecer os meios teóricos para que o homem se convertesse em senhor e possuidor da natureza (Domingues, 1999). Entretanto, o problemático é que “Mais além da natureza, o homem e a sociedade vão integrar-se nesse projeto, e cedo o que era dominação da natureza se converte em dominação do homem sobre o homem...” (Domingues, 1999, p. 33).

De fato, na contemporaneidade, o ideal de ciência moderna, transposto para se pensar os problemas sociais, mostrou-se uma questão amplamente debatida, sobretudo após os horrores dos regimes totalitários e da II Guerra Mundial.

Boaventura de Souza Santos (2003b) tem afirmado que o paradigma da modernidade foi baseado em uma

tensão dialética entre regulação social e emancipação, na qual está presente, mesmo que de forma implícita, a divisa positivista de “ordem e progresso”. Esse autor acredita ainda que desde o início do atual século essa tensão deixou de ser criativa, no sentido de que as formas modernas de emancipação social entraram em colapso e parecem ter arrastado consigo as formas de regulação social a que se opunham e procuravam superar. Essa mudança, por sua vez, obrigaria as ciências sociais — incluindo a Psicologia Social (Lima, 2010) —, a pensar a partir de novas diretrizes que poderiam ser assinaladas da seguinte forma:

(...) primeiro, começa a deixar de fazer sentido a distinção entre ciências naturais e ciências sociais; a síntese que há que operar entre elas tem como pólo catalizador as ciências sociais; terceiro, para isso, as ciências sociais terão de recusar todas as formas de positivismo lógico ou empírico ou de mecanismo materialista ou idealista com a consequente revalorização do que se convencionou chamar humanidades ou estudos humanísticos; quarto, esta síntese não visa uma ciência unificada nem sequer uma teoria geral, mas tão-só um conjunto de galerias temáticas onde convergem linhas de água que até agora concebemos como objetos teóricos estanques; quinto, à medida que se der esta síntese, a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar tenderá a desaparecer e a prática será o fazer e o dizer da filosofia da prática (Santos, 2003, p. 20).

Todavia, embora os parâmetros pareçam bem delimitados por autores como Santos (2003), a crítica que se faz hoje é que além de ordenar a complexidade e tornar a realidade cognoscível, categorizando-a, os construtos teóricos têm criado e re-criado a realidade conforme interesses não emancipatórios. Quanto a isso Jean Baudrillard (1991, p. 26) afirma que estamos vivendo a “era da simulação”, que se caracteriza pela “*precessão* do modelo, de todos os modelos sobre o mínimo facto – os modelos já existem antes, a sua circulação, orbital como a da bomba, constitui o verdadeiro campo magnético do acontecimento”, a ponto de até mesmo as coisas mais simples de nosso cotidiano serem transformadas em produtos pelo discurso científico e vendidas como mercadorias sofisticadas. Não é difícil perceber a submissão de muitos indivíduos aos especialistas, seja no que se refere à orientação da vida, no caso das diversas terapias, ou ainda, na re-construção técnica de faculdades que pareciam inalienáveis, como podemos observar no seguinte trecho escrito por Baudrillard onde assinala que as pessoas atualmente

(...) já não se tocam, mas existe a contactoterapia. Já não andam, mas fazem *jogging* etc. Por toda a parte se reciclam as faculdades perdidas, ou o corpo perdido, ou a sociabilidade perdida, ou o gosto perdido pela comida. Reinventa-se a penúria, a ascese, a naturalidade selvagem desaparecida: *natural food*, *healthy food*, *yoga* (Baudrillard, 1991, p. 22).

A sujeição intensificada dos indivíduos ao imenso aparelho de produção e distribuição, a privatização do tempo livre e quase indiferenciável fusão entre o trabalho produtivo e destrutivo são exemplos da potência do discurso científico na produção e reprodução da realidade vivida.

Imersos em uma condição de permanente contradição, encontramos, de um lado, pessoas que conseguem articular suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo suas possibilidades de ação entre um leque de amplas ofertas, de outro, encontramos indivíduos que sequer conseguem escolher a negação de sua própria identidade, sem o direito de manifestar suas preferências, oprimidos por políticas de identidade aplicadas e impostas por *outros*. “Identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, que humilham, desumanizam, estigmatizam (...)” (Bauman, 2005, p. 44).

O reconhecimento social e a constituição da identidade

De acordo com Juracy Almeida (2005), os estudos sobre identidade humana que vêm sendo feitos na Sociologia, Antropologia e Psicologia Social têm deixado cada vez mais claro que responder às perguntas “quem sou eu?”, “quem é você?”, “quem é ele?” não se restringe apenas ao fato de dar um nome a alguém. Responder a essas perguntas é localizar simbolicamente alguém no espaço das relações entre os outros indivíduos, ou seja, é uma questão política. Localizar o indivíduo, diz Almeida (2005), é incluí-lo em grupos maiores, nos quais sua individualidade é subsumida, ao mesmo tempo singularizando-o e contrastando-o com os demais. Dizer quem alguém é, significa dizer de quais grupos faz parte: familiar, religioso, étnico, profissional, etário, sexual etc. Ao mesmo tempo, dizer quem alguém é, é dizer que ele é ele, e não outro.

Nesse sentido, a identidade “é aquilo que nos apresenta a nós mesmos, nos identifica para os outros ou que os outros veem, reconhecem (identificam) em nós” (Almeida, 2005, p. 17). Por isso, um nome ou uma atribuição ou predicação é tão importante, para que alguém seja reconhecido como alguém. O jogo identidade-reconhecimento, que é o jogo entre o eu e o outro, o nós e o eles, entre a parte e o todo social, consegue ser bem sintetizado com as seguintes palavras:

(...) a identidade se constitui através do modo como os indivíduos se concebem (percebem e significam) reciprocamente. Assim, a identidade resulta do encontro entre a idéia que fazemos (ou a imagem que temos) de nós mesmos e dos outros e, a idéia (ou a imagem) que os outros fazem (têm) de nós. A identidade resulta da dialética entre os modos como nos representamos e de como somos representados, ou, dito de outro modo, a identidade deriva dos

modos como nos (re)conhecemos e de como somos (re)conhecidos. (Almeida, 2005, p. 52).

Ainda acerca do conceito de identidade nos estudos de Psicologia Social Crítica, é interessante assinalar que Antonio da Costa Ciampa (1987) usa o termo *personagem* para designar a expressão empírica da identidade. A noção de personagem é importante na teoria desse autor, pois ela serve para quebrar a ilusão da substancialidade e para contestar a noção de que a identidade é algo estático.

Como tivemos a oportunidade de escrever em outra ocasião, a personagem é composta pelas atividades que o ator social assume num determinado momento.

Quando dizemos que fulano é professor, não estamos falando do total de sua identidade, mas de uma de suas personagens. Também é possível dizer que ele é psicólogo, pai, marido, colecionador de moedas, deficiente físico. Caso represente esses papéis em determinados contextos sociais, podemos reconhecê-lo dessas maneiras e esses predicados podem lhe ser atribuídos. Mas em sua história ele já representou o filho mais velho, o continuador do negócio do pai, o estudante preguiçoso, o artilheiro de futebol, o rapaz namorado. Vemos, assim, que a identidade pode se expressar por diversas personagens, que elas dão uma certa estabilidade à identidade, mas que mudam ao longo do tempo à medida que as condições de vida também mudam. Por conseguinte, com o conceito de personagem, Ciampa fundamenta que identidade é metamorfose. (Gonçalves Neto & Lima, 2009, p. 3)

A discussão sobre identidade e reconhecimento apresentada por Almeida tem se mostrado nos últimos anos como muito pertinente, pois, como Aluísio Lima assinala, a dinâmica de reconhecimento em sua concretização tem se expressado como elemento de administração da realidade instituída, “configurando em vez de um reconhecimento promotor de alteração (reconhecimento pós-convencional), um reconhecimento perverso, que reduz as infinitas possibilidades de criação das personagens à representação de uma identidade fetichizada, estigmatizada” (Lima, 2010, p. 183).

No campo da saúde mental, por exemplo, o projeto dos primeiros alienistas, Pinel, Charcot, Janet etc., e de psiquiatras como Kraepelin, Bleuler, Jaspers, dentre outros, que se esforçaram por elaborar manuais nosológicos cada vez mais organizados que permitiriam aos especialistas definirem os comportamentos normais e patológicos, permitindo uma intervenção voltada para o restabelecimento da autonomia dos indivíduos, concretizaram-se como verdadeiros mecanismos de justificação da aniquilação se não psicológica, física, dos indivíduos indesejáveis (Szasz, 1977; Goffman, 1999) e oficializou discursos sobre quem deve ser considerado “doente mental” ou não, criando por sua vez a identidade pressuposta do doente mental (Lima, 2010).

E mesmo que hoje em dia exista um debate muito claro de que, sobretudo em questões sociais,

a linguagem não é só usada para descrever como as coisas são, mas também para determinar como deveriam ser (Szasz, 1977), e que no espaço público percebemos a presença marcante de diferentes movimentos que questionam o discurso da cisão normal/patológico, concretizando políticas públicas mais humanizadoras, Lima insiste em advertir-nos que a força de manutenção desse discurso é tamanha que:

A própria substituição da palavra “doença mental” por “portador de transtorno mental” mascara o fato de que longe de um reconhecimento do indivíduo como ser complexo — que expressa as contradições e problemas advindos da colonização cada vez maior do mundo da vida — o reconhecimento ainda se dá a partir da compreensão de que existe um sofrimento que necessita ser tratado e medicalizado pelo especialista. Fica claro que se critica em conjunto o manicômio, em tese produtor da desumanização, e não se atenta para o fato de que o próprio discurso acerca do normal e do patológico — mesmo quando esteticamente expressado como possibilidade humana — reforça uma política de identidade que limita as possibilidades de expressão humana a personagens fetichizadas que, por sua vez, fazem com que a identidade humana, que é metamorfose, se reduza à reprodução do papel de doente em recuperação. (Lima, 2010, p. 102).

É importante assinalar que Lima (2010) também vislumbra a existência de possibilidades concretas — tanto por parte dos indivíduos que estão submetidos ao discurso técnico-psicológico, como para os especialistas, os quais são procurados para reconhecer a doença mental e adotam uma visão em paralaxe, um reconhecimento pós-convencional — de subverter esse discurso e desenvolver personagens que mesmo de forma anamórfica expressam alteridades passíveis de serem reconhecidas na esfera pública, expressões de fragmentos de emancipação.

Afinal, se a identidade é metamorfose em busca de emancipação e de reconhecimento, mas em nossa sociedade vemos que cada vez mais essa emancipação é impedida; se a luta por reconhecimento muitas vezes tem se configurado como reconhecimento perverso; e se de projeto utópico essa emancipação tem se desvanecido em favor de uma administração do instituído fruto tanto da colonização do mundo da vida como de uma racionalidade cínica; é preciso criar novas formas de resistência frente às aparências e insistir na explicitação das condições que têm impedido que essa emancipação se concretize como uma necessidade para todos nós (Lima, 2010, p. 262).

Dito de outra forma, ao entendermos que a infraestrutura linguística da sociedade é responsável pela formação identitária, e que esta utiliza-se de coações, seja coação da natureza externa, que penetra nos procedimentos com que nos submetemos ao controle, seja pela coação da natureza interna, que se espelha nas representações que exercem as relações de poder, é necessário que nos atentemos

para as condições em que as identidades estão se desenvolvendo e, principalmente, as condições de reconhecimento presentes na sociedade.

Do problema das classificações nosológico-psiquiátricas para a identidade

Como escreveu Silvia Lane (1984), no livro que inaugura politicamente a adoção de uma postura crítica em psicologia social que deve estar voltada para a compreensão das questões pós-coloniais, o homem deve ser visto não apenas como um produto do ambiente, mas principalmente como um produtor do seu ambiente. O comportamento individual, as relações sociais, os costumes, a sociedade etc., são inseridos num contexto histórico em que se tem em conta quem fez, quando fez, por que fez, para que, quais as consequências. Dessa concepção depreende-se que um conceito, uma proposição ou uma teoria não possui uma função meramente descritiva ou heurística, mas também moral, histórica, política e tática.

Seguindo essa perspectiva, e colaborando com a compreensão da construção da identidade, Antonio Ciampa observa que a linguagem cotidiana tende a tomar alguém a partir de uma substância que lhe seria própria e não a partir do que essa pessoa faz. Ao encarar alguém, ele diz, “Acabamos por usar substantivos que criam a ilusão de uma substância de que o indivíduo seria dotado, substância que se expressaria através dele. (...) Por isso, quando representamos a identidade, usamos com frequência proposições substantivas (Severino é lavrador), em vez de proposições verbais (Severino lava a terra)”. (Ciampa, 1987, p. 133).

Isso faz com que uma identidade sempre seja pressuposta. “Podemos até desconhecê-la; mas, pressupomos sua existência. Até mesmo na pergunta sobre o recém-nascido há um ele (pronome, no lugar do nome...) indicando a mesma pressuposição em relação àquele pequeno ser humano” (Ciampa, 1987, p. 153). Sempre admitimos que aquele que temos à frente possui uma identidade, pode ser identificado e conhecido. Admitimos que sempre podemos perguntar “Qual seu nome? De onde você é? O que você faz? Quem você é?”. Essa predicação em termos de substantivo, além de, por exemplo, criar a ilusão de uma substância mental esquizofrênica que o esquizofrênico possuiria, traria também um prejuízo para aquele que é assim nomeado em sua relação consigo mesmo.

Se considerarmos, inclusive, a proposição trazida por Ciampa de que a “tendência é nós nos predicarmos coisas que os outros nos atribuem.” (Ciampa, 1987, p. 131), podemos acrescentar uma contribuição de Thomas Szasz:

O rótulo diagnóstico confere ao paciente uma identidade pessoal defectiva. Este [o rótulo], daqui por diante, o identificará a outros e governar-lhes-á

a conduta com relação ao paciente e a deste com relação àqueles. O nosólogo psiquiátrico, desse modo, não só *descreve* a doença assim chamada de seu paciente, mas também *prescreve* sua conduta futura (1977, p. 191).

Ou seja, é diferente alguém classificar os diferentes tipos de animais e discriminá-los em filós, famílias e espécies de alguém classificar os homens em diferentes tipos discriminando-os em aptos, inaptos, geniais, idiotas, ajustados, desajustados, imprescindíveis ou descartáveis. Se descrever, classificar e nomear as coisas nos permite conhecer e obter domínio sobre elas, então é preciso ficar atento que “uma coisa é ganhar controle sobre os animais, por exemplo, aprender a domesticar o gado; outra é ganhar controle sobre seres humanos, por exemplo, aprender a escravizar o negro” (Szasz, 1977, p. 186). Logo, classificar aspectos humanos e sociais não serve apenas para conhecê-los, mas também para determiná-los e controlá-los.

Com isso, é preciso ficar atento para o contexto onde o ato classificatório se insere, observando que fins ele visa. Como diz Austin, “A verdade ou falsidade de um enunciado não depende unicamente do significado das palavras, senão também do tipo de atos que, ao emití-las, estamos realizando e as circunstâncias que o realizamos.” (1971, p. 192).

Como foi falado, identificar e reconhecer o indivíduo é incluí-lo em grupos maiores, nos quais sua individualidade é subsumida, ao mesmo tempo singularizando-o e contrastando-o com os demais. Assim, pode-se compreender como a depender do valor simbólico dado aos atributos reconhecidos num grupo, este poderá ter acesso a determinados privilégios ou o contrário, será passível de punições variadas. Aqui, a questão da identidade assume seu caráter mais concreto, pois é o modo como alguém é reconhecido/identificado que irá determinar que tratamento receberá dos outros indivíduos (Almeida, 2005). Se será respeitado ou xingado, se poderá circular em determinado espaço ou barrado ou expulso, se poderá falar livremente e levado em consideração ou se sua palavra será ignorada, se será alguém por quem outros arriscariam a vida ou se alguém que pode ser morto banalmente.

Analisar a constituição identitária de indivíduos ou grupos e seu reconhecimento tem importante implicação política, porque a depender de como eles se reconhecem/são reconhecidos determinadas práticas em relação a eles, ou para eles, ou mesmo contra eles, são levadas a cabo. Assim, direitos são garantidos, deveres são cobrados, penas são aplicadas, preconceitos são combatidos.

Os pontos de interesse de uma pesquisa sobre Identidade, Reconhecimento e Linguagem

Como assinala Thomas Khun, “se duas comunidades diferem em seus vocabulários

conceituais, seus membros descreverão o mundo de maneira diferente e farão generalizações diferentes a respeito deles” (2006, p. 285). Tal fato nos permite entender como teorias contrastantes como as de Jean Piaget, Lev S. Vygotsky, George H. Mead e B. F. Skinner, dentre outras, que são unânimes quanto ao fato de que o desenvolvimento da linguagem é determinante para as relações sociais e, portanto, para a formação da subjetividade, não sejam discutidas conjuntamente para pensar o problema do normal e patológico dentro do campo da Psicologia, sobretudo, da Psicologia Social.

Portanto, levando em consideração o que foi discutido nos tópicos anteriores, no projeto de pesquisa temos estudado importantes autores da Filosofia, Sociologia e Psicologia Social, isto é, I. Kant, G. W. F. Hegel, L. Wittgenstein, H. Arendt, P. Ricoeur, G. Mead, P. T. Berger, T. Luckmann, E. Goffman, J. Habermas, A. Honneth, J. L. Austin, N. Fraser, C. Taylor, dentre outros, que têm contribuições para o entendimento da dinâmica do reconhecimento social e sua relação com a constituição da identidade, a fim de, a partir desse estudo, sistematizar as diferentes perspectivas teóricas sobre Identidade e Reconhecimento, investigando mais especificamente como os autores entendem a função da linguagem na dinâmica identidade/reconhecimento.

Por se tratar de uma pesquisa teórica, no momento estamos realizando um levantamento de autores que discutem essas questões, assim como outros autores que discutem as possibilidades de trabalho, intervenção e limites da clínica psicossocial.

Para tanto, faremos uma varredura no acervo bibliográfico referente ao projeto de pesquisa coordenado pelo professor Dr. Aluísio Ferreira de Lima, “Identidade e Reconhecimento: uma análise das principais teorias da atualidade e suas apropriações pela Psicologia Social Crítica para pensar a incorporação do Outro na esfera pública”, projeto que conta com auxílio financeiro e bolsa de iniciação científica da FUNCAP/CNPQ até 2011 e é realizado no âmbito do curso de Psicologia do Campus Sobral da UFC. Utilizaremos também o sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e ainda acervos disponíveis na Internet a respeito da literatura de que trata nossa pesquisa. Com isso será possível montar um cronograma de leituras prioritárias e secundárias.

Após a organização da bibliografia coletada, partiremos para a análise e sistematização dos textos, focalizando neles as perspectivas que os autores apresentam sobre a dinâmica do reconhecimento social e a constituição da identidade, sistematizando também, e principalmente, as diferentes concepções acerca da função da linguagem na referida dinâmica. Como parte desse trabalho, participaremos de reuniões semanais de estudo e aprofundamento dos textos no “PARALAXE: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica/

UFC”, também coordenado pelo professor doutor Aluísio Ferreira de Lima.

Ao longo dessa atividade, apresentaremos, em relatórios e em artigos, as contribuições teóricas dos autores pesquisados. Nos artigos, a serem remetidos ao público em periódicos técnico-científicos ou outras publicações especializadas, apresentaremos as análises dos textos e sistematização das diferentes concepções teóricas. Também apresentaremos esses resultados em comunicações científicas em congressos, seminários, encontros acadêmicos, além de outros eventos pertinentes, possibilitando o debate e troca de pontos de vista com outros pesquisadores da área.

Deverá ser possível organizarmos as obras situando os autores e suas produções geográfica, histórica e politicamente, para assim discutir as implicações éticas, sociais e políticas das diferentes teorias. O resultado desse trabalho também será organizado em forma de relatórios, artigos científicos, comunicações orais ou outras publicações que deverão ser apresentadas nos espaços acima citados.

Com essa pesquisa, além disso, podemos trazer mais subsídios para a discussão sobre Identidade e Reconhecimento que já vem sendo feita por pesquisadores brasileiros tais como os já citados Antonio Ciampa, Juracy Almeida e Aluísio Lima. Desse modo, é possível trazer mais elementos para a compreensão de problemas relacionados a lutas sociais e políticas atuais como “ações afirmativas”, garantia de direitos, luta contra preconceitos, reconhecimento de diferenças culturais, multiculturalismo, dialética inclusão/exclusão social, justiça, liberdade e poder.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. A. M. (2005). Sobre a Anamorfose: identidade e emancipação na velhice. Tese de doutorado em Psicologia Social. PUCSP.
- ANDERY, M. A. A. et al. (2001). Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica. 10. ed. São Paulo: Educ.
- AUSTIN, J. L. (1971). Cómo hacer cosas con palabras. Barcelona: Paidós.
- BAUDRILLARD, J. (1991). Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- BAUMAN, Z. (1999). Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Z. (2005). Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CIAMPA, A. C. (1987). A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2002) Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: Dunker, C. I. L. & Passos, M. C. (orgs). Uma Psicologia que se interroga: ensaios. São Paulo: Edicon.
- DOMINGUES, I. (1999) O grau zero do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- FERREIRA, R. F.; CALVOSO, G. G. e GONZALES, C. B. L. (2002). Caminhos da Pesquisa e a Contemporaneidade. Psicologia: Reflexão e Crítica, 15(2), pp. 243-250. Disponível em: www.scielo.br/pdf/prc/v15n2/14348.pdf Acesso em: 15 jun. 2009.
- GOFFMAN, E. (1999). Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- GONÇALVES NETO, J. U. & LIMA, A. F. (2009). Por uma racionalidade reflexiva: considerações sobre o reconhecimento

das expressões identitárias em metamorfose. In, Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Maceió: ABRAPSO. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=349&Itemid=96. Acesso em: 29 mar. 2010

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. (1996). Dicionário básico de filosofia. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

KUHN, T. S. (2006). O caminho desde A estrutura. Ensaios Filosóficos (1970 – 1993). São Paulo: Editora UNESP.

LANE, S. & CODO, W. (orgs.). (1984). Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.

LIMA, A. F. de. (2010). Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: ofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUCSP.

ROVIGHI, S. V. (1999). Capítulo 2 – Galileu (1564-1642). In, História da filosofia moderna. São Paulo: Loyola. p. 33-61.

SANTOS, B. de S. (2003). Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. de S. (2003b). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In, SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 427-461.

SZASZ, T. S. (1977). Ideologia e doença mental: ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem. trad. José Sanz. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

VAZ, H. C. L. (2006). Antropologia Filosófica. vol. 1. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola.

WITTGENSTEIN, L. (2005). Tractatus Logico-philosophicus. Madrid: Alianza Editorial.

Recebido: 20/04/2010

Última Revisão: 02/06/2010

Aceite Final: 14/06/2010

Sobre os autores

José Umbelino Gonçalves Neto - Universidade Federal do Ceará

Bolsista FUNCAP

Telefone: (88) 8822-0845

E-mail: jugno@gmail.com

Alúcio Ferreira de Lima - Universidade Federal do Ceará

Telefone: (88) 9946-5599

E-mail: aluisiolima@hotmail.com